

COMUNICADO Handling Nº 01/2017

PONTO 4 DO ACORDO “SITAVA – GOVERNO” CONCRETIZADO

Conforme amplamente denunciámos ao longo dos últimos anos, uma das razões para que as condições dos trabalhadores se tenham degradado acentuadamente nos últimos anos, prende-se com uma interpretação *sui-generis* da ANAC da alínea g), n.º 1, artigo 6º do Dec. Lei n.º 275/99, bem como da alínea d), n.º 2, do mesmo artigo e diploma.

As referidas alíneas determinam, seja para assistência a terceiros, ou auto-assistência, que um dos requisitos cumulativos para a obtenção de licença é: *“Aplicar os instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho que regulam, exclusiva ou conjuntamente com outras actividades, qualquer das actividades de assistência em escala em causa, na área geográfica em que se desenvolvem;”*

Todos sabemos que tal não tem acontecido, permitindo a ANAC o aparecimento de operadores piratas que nada cumprem e que acabam por fazer concorrência desleal, via salários e direitos dos trabalhadores. Nesse sentido, este foi um dos pontos chave do acordo que assinámos com o Governo a 30 de Junho de 2016, traduzido no seguinte:

4. O Governo compromete-se a avançar, no imediato, com iniciativas de alterações procedimentais por acordo entre a ANAC e a DGERT para verificação dos requisitos constantes do artigo 6, alínea g) do Decreto-Lei 275/99, para efeitos de atribuição de licenças relacionadas com a aceitação da contratação coletiva existente.

Ora, podemos finalmente anunciar que foi concretizado este ponto, através da assinatura de um protocolo de “colaboração e informação mútua entre a Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) e a Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC) no âmbito da determinação da regulamentação coletiva do trabalho aplicável a empresas prestadoras de serviços de assistência em escala (handling)”, como pode ser visto aqui: <http://www.dgert.msess.pt/protocolo-para-o-setor-do-handling-entre-dgert-act-e-anac>

O protocolo tem como objetivo promover uma maior articulação entre a DGERT, a ACT e a ANAC para uma maior prevenção de conflitos laborais no sector, maior fiscalização e melhores condições de trabalho. Na prática, significa que situações “híbridas” e ilegais como se têm verificado nos últimos anos, deixarão de poder existir, pois a ANAC não emitirá a licença de operação se não houver depositado na DGERT um Instrumento de Regulamentação Colectiva de Trabalho, nos termos do artigo 6º do Dec. Lei 275/99.

Este é, pois, um importante passo no sentido da regulamentação que evitará no futuro situações como as bem conhecidas no licenciamento da Ryanair e da Groundlink. Este passo, a par da Portaria de Extensão do CCT do Handling, criarão as condições necessárias para a estabilização das condições de trabalho no handling e para um futuro em que a concorrência não se faça pelos nossos direitos e pelos nossos salários.

Concretizado este ponto 4, transmitimos recentemente também ao Governo a necessidade da concretização de outros pontos do mesmo acordo, tendo recolhido a informação de que essa concretização estará para breve.

**TEM FORTALECER A NOSSA LUTA, NO MAIOR SINDICATO DA AVIAÇÃO EM PORTUGAL!
SINDICALIZA-TE NO SITAVA! UNIDOS SOMOS MAIS FORTES!**